



EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A CRISE E SEUS DETERMINANTES: Lei Geral da Acumulação Capitalista, Reestruturação Produtiva, Subimperialismo e a Exploração da Força de Trabalho

THE CRISIS AND ITS DETERMINANTS: General Law of Capitalist Accumulation, Productive Restructuring, Subimperialism and the Exploitation of Labor Power

José Leandro Alves Ferreira¹
Francisco Alyson de Lima Silva²

RESUMO

O mundo vem vivenciando crises do capital, estruturais e rápidas, que vêm se tornando permanentes e estão relacionadas à diminuição do capital variável em relação ao capital constante no processo de acumulação capitalista, o que é decorrente da Lei Geral da Acumulação capitalista e sua evolução histórica. As crises capitalistas condensam um conjunto de contradições que é própria do modo de produção capitalista. A expansão e a aceleração da circulação do capital produtivo e da circulação do capital dinheiro foram configurando uma nova economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema de divisão internacional do trabalho, e com o subimperialismo incidindo sobre a composição orgânica do capital nos países de economia periférica e dependente como é o caso do Brasil. As crises, portanto, expressam a contradição fundamental do capitalismo, oposição expressa entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção.

Palavras-chave: Crise; Lei geral de acumulação capitalista; Exploração da força de trabalho.

ABSTRACT

The world has been experiencing structural and rapid capital crises, which have become permanent and are related to the decrease in

¹ Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestrando em Serviço Social (PPGSS). E-mail: jose.leandro.ferreira@aluno.uepb.edu.br.

² Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Mestrando em Serviço Social (PPGSS). E-mail: francisco.alyson@aluno.uepb.edu.br.

variable capital in relation to constant capital in the process of capitalist accumulation, which is a result of the General Law of Capitalist Accumulation and its historical evolution . Capitalist crises condense a set of contradictions that are characteristic of the capitalist mode of production. The expansion and acceleration of the circulation of productive capital and the circulation of money capital were configuring a new capitalist world economy, which rests on a scheme of international division of labor, and with sub-imperialism affecting the organic composition of capital in countries with economic peripheral and dependent as is the case of Brazil. Crises, therefore, express the fundamental contradiction of capitalism, the express opposition between the development of productive forces and the relations of production.

Keywords: Crisis; General law of capitalist accumulation; Exploitation of the workforce.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir como a crise estrutural do capital e seus determinantes têm fortes rebatimentos nas economias de todo o mundo, principalmente nas economias periféricas e de dependentes, e como esses rebatimentos incidem diretamente sobre a classe trabalhadora. Dessa forma, para compreendermos o contexto de crise pelo qual passam as economias periféricas dependentes, devemos entender o papel que essas economias desempenham na divisão internacional do trabalho. Trata-se de compreendermos a particularidade brasileira e o seu papel enquanto economia periférica dependente no contexto da mundialização do capital e sua relação com os países imperialistas.

O atual cenário vivenciado em todo o mundo tem chamado mais uma vez a atenção sobre a dinâmica contraditória pela qual passa o sistema capitalista, e seu sociometabolismo, a relação social entre capital vem expressando o caráter destrutivo e incontrolável do capital. Mészáros (2011) o mundo vem vivenciando crises do capital, estruturais e rápidas, conectadas de tal forma, que ao contrário de épocas anteriores, a exemplo da segunda guerra mundial, no qual o intervalo de tempo entre uma crise e outra era maior, agora as crises se tornam permanentes. Para Marx, a crise está relacionada à diminuição do capital variável em relação ao capital constante no processo de acumulação capitalista, o que é decorrente da Lei Geral da Acumulação capitalista e sua evolução histórica. Para Marx, quem produz valor são os homens coletivamente através do trabalho, no entanto, a exploração do trabalho extrai do trabalhador mais-valor, que tende a ser apropriado pelo capitalista, tornando-se por sua vez essa, a

determinação, que funda o modo de produção capitalista. Ainda para Marx, as crises capitalistas condensam um conjunto de contradições desse modo de produção. As crises, portanto, expressam a contradição fundamental do capitalismo, oposição expressa entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção.

A expansão e a aceleração da circulação do capital produtivo e da circulação do capital dinheiro foram configurando uma nova economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema de divisão internacional do trabalho e com o subimperialismo incidindo sobre a composição orgânica do capital nos países de economia periférica e dependente como é o caso do Brasil. Para entendermos o desenvolvimento econômico das economias periféricas dependentes e como a crise incide sobre estas, faz-se necessário compreendermos a lógica do processo de mundialização do capital e o papel destes países na divisão internacional do trabalho, e como tais economias estão subordinadas a tal lógica, que se definem por uma posição de dependência por meio do qual se faz o processo de transferência de valor de tais economias para as economias centrais, cujo processo tem como base a superexploração da força de trabalho para garantir o processo de acumulação de capital.

Nesse processo de construção da referida proposta de estudo tomamos por base o materialismo histórico dialético, para nos ajudar a compreender as sucessivas aproximações com o objeto de estudo proposto. Das categorias teóricas centrais elencadas para a realização do estudo definimos: crise do capital, precarização do trabalho e acumulação flexível e como subcategoria: economia periférica dependente - que particulariza a realidade brasileira - e superexploração da força de trabalho. Sendo assim, entendemos que o objeto aqui ora proposto é de extrema relevância no debate sobre os rumos das políticas sociais, bem como a compreensão sobre e a precarização do trabalho no cenário contemporâneo brasileiro.

2 A LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Conforme apontado por Marx, na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentemente de sua vontade, essas relações correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas.

A lei geral da acumulação capitalista expressa a exploração como fundamento da reprodução do capital e de sua indissociável questão social. Em busca de maior exploração, o

capital amplia sempre o capital constante e diminui o capital variável, a lei geral da acumulação capitalista funda, pois, todas as objetivações históricas da exploração do trabalho e da superpopulação relativa, bem como, seus desdobramentos.

Marx sinaliza que com o grau de exploração constante do trabalho, a taxa de mais-valor se expressa numa taxa decrescente de lucro, porque seu volume material também aumenta, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e com isso o capital total.

Marx (2017), o crescimento gradual do capital constante em proporção à variável tem necessariamente como resultado uma queda gradual na taxa geral de lucro, mantendo-se constante a taxa do mais-valor, ou seja, o grau de exploração do trabalho pelo capital.

O modo de produção capitalista que, conforme este se desenvolve, opera-se uma diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante e, assim, em proporção ao capital total mobilizado. Isso significa apenas que o mesmo número de trabalhadores, a mesma quantidade de força de trabalho tornada disponível por um capital variável de volume de valor dado, mobiliza – elabora, consome produtivamente –, em consequência dos métodos de produção peculiares que se desenvolvem no interior da produção capitalista, uma massa sempre crescente de meios de trabalho, maquinaria e capital fixo de todo tipo, matérias-primas e materiais auxiliares, no mesmo intervalo de tempo e, por conseguinte, também um capital constante de volume de valor sempre crescente. Essa diminuição relativa crescente do capital variável em relação ao capital constante e, assim, ao capital total, é idêntica ao aumento progressivo da composição orgânica do capital social em sua média. (MARX, 2017, p. 263).

Sendo assim, podemos dizer que, quando Marx sinaliza sobre o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho, ele está sinalizando que devido ao emprego crescente de maquinaria e de capital fixo, com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, tendo como consequência a constância na taxa do mais-valor, bem como, o aumento no grau de exploração do trabalho, que por sua vez se expressa em uma geral taxa de lucro crescente.

Dessa forma, a tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho.

Entendemos então que, na medida em que ocorre a diminuição do capital variável, e na medida em que se desenvolve a força produtiva do capital, uma massa maior de capital total é

necessária para pôr em movimento a mesma quantidade de força de trabalho, com isso queremos dizer que, na mesma proporção que se desenvolve a produção capitalista, desenvolve-se também a população trabalhadora, não porque a força de trabalho social diminuiu, mas, por ocorrer uma crescente exploração do capital sob o trabalho, e sua necessidade desenfreada de ter a sua disposição uma população relativa cada vez maior, assim, a lei geral da acumulação capitalista, no seu processo histórico, acaba por produzir uma população excedente às necessidades do capital, sendo essa população excedente funcional às necessidades do capital.

3 A CRISE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL: Particularidade Brasileira

Para Mézáros (2009), as raízes da crise contemporânea estão alocadas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Vivemos uma crise estrutural cada vez mais profunda, cuja superação está além da quantia de zeros destinados para tapar o buraco do endividamento global. A crise em desenvolvimento coloca no horizonte a relevância do marxismo e do desafio coletivo para a construção de uma maneira distinta de produzir e viver. Ainda segundo o autor, vivenciamos uma era de crise histórica e sem precedente e sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital, afetando o conjunto da humanidade exigindo dessas, mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado a fim de garantir sua sobrevivência.

Este sistema orgânico, enquanto totalidade consiste, precisamente, na subordinação de todos os elementos da sociedade a si próprio, ou na criação a partir dele, dos órgãos que ainda lhe fazem falta, desvinculando seus antigos componentes orgânicos dos elos dos sistemas orgânicos precedentes e demolindo as barreiras que impediam o desenvolvimento de alguns novos componentes vitais. O capital, como um sistema orgânico global, garante sua dominação nos últimos três séculos, como produção generalizada de mercadorias, através da redução e degradação dos seres humanos ao status de meros custos de produção, como força de trabalho necessária, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma mercadoria comercializável.

Sendo assim, o capital como sistema de controle do metabolismo social pode emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos, abandonando assim todas as considerações ligadas às necessidades humanas, nas palavras de Mészáros (2009), o mundo do capital reivindica sua condição de eterna e indestrutível da qual nenhuma escapatória pode ou deve ser contemplada. A absoluta necessidade de atingir de maneira eficaz os requisitos da sua irreprimível expansão, o capital traz consigo, uma intransponível limitação histórica, não apenas para a específica forma sócio-histórica do capitalismo burguês, mas, como um todo, para a viabilidade do sistema do capital em geral. O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, este antagonismo estrutural prevalece em todo lugar, abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes.

Em outras palavras, de acordo com Mészáros (2009), a atual crise, trata-se de uma crise estrutural do capital, é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos e a adaptabilidade do modo de controle do metabolismo social por ir tão longe, quanto suas determinações sistêmicas permitam. Como sistema econômico e social que configura o modo de produção de riquezas na maioria dos países do mundo, garantindo o lucro, a acumulação e a circulação de capital através do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, o capitalismo orienta o caminho econômico da sociedade, bem como, afeta a própria organização social, cultural, além da própria relação dos seres humanos com o meio ambiente. Sendo assim, a crise estrutural pelo qual passa o capitalismo contemporâneo tem seus desdobramentos na dialética contradição que envolve o sistema capitalista, que independente de sua especificidade histórica conforme aponta alguns autores, foi deflagrada pela superprodução de capital e a redução da taxa de lucro, ou seja, a crise deu-se devido a excessiva produção do valor-capital. Devemos reforçar aqui que a superprodução do capital em todas as suas formas, seja capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria, e redução da taxa de lucro, são duas faces de um mesmo processo. De tal forma que ao se reconstituir e iniciar um novo processo de acumulação o capital busca espaços a fim de valorizar o capital gerado em excesso.

O trabalho, o lucro, a acumulação, são fundamentais para acúmulo de riquezas, como bem sabemos, promovendo de um lado centralização de riqueza e poder e de outro, pobreza e desigualdade social. Do ponto de vista social, o capitalismo se estruturou através da divisão da

sociedade em classes, no qual no topo dessa sociedade está a burguesia, detentora dos meios de produção, e, responsável pela exploração da mão de obra do proletariado, sendo este último, aquele que vende a sua força de trabalho para a burguesia em troca de um salário. Dentro da sociedade capitalista o conflito entre burguesia e proletariado constitui um elo historicamente reconhecido de perdas e ganhos. Mediando esse conflito está o Estado, responsável pela conciliação dos conflitos e interesses de ambas as classes. Que por sua vez é configurado e reconfigurado em função das determinações e necessidades de expansão do capital. Daí a explicação da existência do Estado liberal, do Estado social democrata e agora do Estado neoliberal na era da mundialização do capital.

O processo de mundialização e desterritorialização da produção exige a abertura de mercados e a desregulamentação da legislação que só é possível por meio da implantação de um modelo de Estado que atenda a estes interesses econômicos, o que exige, portanto, uma reatualização dos processos e relações de trabalho e abertura para o mercado atuar livremente. Conforme aponta Amaral (2018), a reatualização dos processos de exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, a condição de precariedade que lhes é constitutiva têm configurado as novas formas de dominação capitalista. E é através da ação do Estado que o capital encontra meios e estratégias de se legitimar e de assegurar a sua valorização. Dessa forma as economias periféricas passaram a conviver com instabilidade cambial, redução de reservas internacionais, bem como, a redução nos preços dos produtos exportados, incorrendo na desaceleração do volume de exportação e como contrapartida incorreu em problemas nas contas externas. O efeito da crise para as economias periféricas foi agravar o quadro conjuntural de uma inserção na economia mundial que já é, por motivos estruturais, dependente e subordinada, ao comportamento do centro da acumulação mundial de capital.

4 A CRISE NAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS DEPENDENTES

A expansão e a aceleração da circulação do capital produtivo e da circulação do capital dinheiro foram configurando uma nova economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema de divisão internacional do trabalho. A exemplo do Brasil, nos encontramos dentro de uma realidade econômica na qual a indústria assume um papel cada vez mais decisivo, ainda que o capital industrial se amplie e se fortaleça em áreas extrativas e agrícolas, tal realidade

tem resultado em um reescalonamento e hierarquização dos países capitalistas incorrendo no surgimento de centros medianos de acumulação que por conseguinte também são potências capitalistas medianas que segundo Marini (2012), nos leva a falar da emergência de um subimperialismo.

A penetração do capital estrangeiro na economia Latino-Americana em especial no setor manufatureiro é conhecida como processo de internacionalização do mercado interno. Embora entre os anos de 1920-1940, a indústria Latino-Americana obteve em alguns países um peso importante no mercado interno, o que é conhecido com a primeira fase da industrialização substitutiva, o processo de internacionalização do mercado, se dá por sua integração à economia capitalista mundial. Essa integração produtiva por sua vez, se dá sob uma forma distinta, começando a operar no final do século XX, que conforme Marini (2012), constituíam-se a partir dos chamados enclaves, que consistia na anexação de áreas produtivas aos centros industrializados, permanecendo essas áreas subtraídas da estrutura produtiva nacional, com exceção das transferências de valor que lhe eram feitas mediante a via tributária, - a partir deste processo, temos a vinculação do capital estrangeiro a um setor da estrutura produtiva nacional, que tem como contrapartida sua desnacionalização em termos de propriedade.

Marini (2012), então define o subimperialismo como a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. O subimperialismo implica em dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. O subimperialismo brasileiro não é somente a expressão de um fenômeno econômico, ele resulta em grande medida, do próprio processo de luta de classes no país e do seu projeto político.

Lançado à órbita do capital financeiro internacional, o capitalismo brasileiro faz tudo para atrair fluxo monetário para si, embora não seja capaz de assimilá-lo em sua integridade enquanto capital produtivo, ao ponto de reintegrá-lo ao movimento internacional de capitais. Marini (2012) com isso, a seu modo, dependente e subordinado, o Brasil entra na etapa de exportação de capital, assim como na espoliação de matérias primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro e o gás. O subimperialismo brasileiro implica uma política de

subpotência, mas a política de subpotência praticada pelo Brasil não nos dá a chave da etapa subimperialista em que este tem entrado.

A exportação de capital fixo para áreas de menor desenvolvimento tecnológico, onde representam ainda inovações e nas quais se dispõe de uma força de trabalho remunerada em níveis mais baixos, permite que a amortização se complete e mantenha aberto o caminho para a renovação tecnológica nos centros capitalistas avançados.

Cabe destacar que o progresso tecnológico não incide apenas na circulação do capital produtivo, mas também na circulação do capital dinheiro. Se reduzirmos a velocidade no qual o capital circulante utiliza-se do incremento das inovações tecnológicas para incrementar a produtividade, fazemos com que uma determinada parte do capital desembolsado volte para o processo de produção e se desvincule deste, ao menos até que se amplie a escala de produção.

Para Carcanholo (2011), a manifestação contemporânea da crise do capitalismo nos permite resgatar ao menos dois pontos fundamentais para o entendimento deste tipo específico de sociabilidade, determinada pela mundialização do capital, pela abertura dos mercados, e pelo domínio do capital financeiro nas relações capitalistas. Em primeiro lugar, o caráter inerentemente cíclico do processo de acumulação de capital e em segundo lugar, que em função da própria característica cíclica das crises no capitalismo, a teoria marxista é a que melhor entende esse funcionamento. Sendo assim, a atual crise pela qual passa o capitalismo contemporâneo só pode ser um desdobramento dialético das contradições que foram desenvolvidas nesta fase histórica. São as contradições do capitalismo contemporâneo que provocaram a atual crise estrutural no processo de acumulação do capital.

Segundo Carcanholo (2012), a lógica crescente do capital fictício não implica apenas funcionalidade para o capital total, uma vez que ele, por sua própria constituição, não participa diretamente do processo de produção do valor, na verdade, seu crescimento significa a expansão de títulos de apropriação sobre um valor que não é necessariamente produzido na mesma proporção. A dialética do capital fictício, em sua funcionalidade e disfuncionalidade para o capital total, nos permite compreender de alguma forma o capitalismo contemporâneo. A nova crise estrutural do capitalismo, que vivenciamos se explica justamente pelo domínio da disfuncionalidade da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total. A transferência de valor das economias dependentes para as economias centrais, só é possível se

utilizado o mecanismo da superexploração da força de trabalho. Daí porque ser essa a base de desenvolvimento do capitalismo nesses países, por meio do qual se realiza o processo de acumulação de capital e a viabilização da transferência de valor.

Considere-se neste contexto um determinante crucial para realizar o processo de acumulação nas economias periféricas dependentes, e assim, promover o processo de transferência de valor que vem objetivar o grau de dependência e subordinação dessas economias, às economias imperialistas, entre estas, a violência.

A violência, por exemplo, traz em si a gênese do capitalismo, mas, nesses países, em especial, ela se torna emblemática, manifestando-se fervorosamente por meio políticos, visto que nestes países a recorrentes governos ditatoriais, muitos deles, conquistados por meio de golpe de estado ou ditaduras militares. Nessas economias a violência se torna gritante, seja em que forma essa se manifeste, na forma da violência estrutural, institucional, ou entre raças, gêneros, frações de classes e indivíduos, posto que foi, por meio dela, que ocorreu, entre outros, o processo de expropriação de segmentos camponeses, o que criou as condições para a constituição das formas assalariadas de trabalho, lê-se, trabalhador assalariado, que dispõe apenas da sua força de trabalho para sua reprodução social. Trabalhador assalariado este, que precisou ser disciplinado e controlado, de modo a constituir-se como mais uma força de produção do capital, que em tais economias se fez por meio da superexploração da força de trabalho, o qual, o exército industrial de reserva desempenha um importante papel, como também a exploração da força de trabalho infantil e do trabalho feminino, e no atual contexto associa-se a este cenário, como mecanismo de controle dessa massa de trabalhadores que vivencia índices alarmantes de desemprego e de pauperização, lê-se, a criminalização da pobreza.

Conforme apontado por Amaral (2009) e Carcanholo (2009), a superexploração da força do trabalho apontado por Marini (2012), tem como característica estrutural a condição de dependência vivida por países de economia periférica, dessa forma o autor nos mostra que a superexploração do trabalho se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, fazendo com que a mais-valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro, além desses determinantes estruturais, que caracterizam essas economias desde seu passado colonial, determinações histórico-conjunturais também são importantes para compreendermos as possibilidades e limites dessas

economias dependentes, sobretudo, na conjuntura atual. Posto que, a superexploração da força de trabalho se faz recrudescer com o neoliberalismo, e em especial no atual cenário político brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma podemos concluir que, o trabalho sempre será a condição na qual o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, sendo este fundamento do ser social, no entanto a precarização do trabalho tornou-se um processo constitutivo do novo metabolismo social que se manifesta a partir da reestruturação produtiva do capital e da formação do estado neoliberal no país.

A precarização das condições de vida e do trabalho, constitui-se um fenômeno social vivenciado em todo o mundo, tais condições e características são resultantes da necessidade de recomposição orgânica do capital e conseqüentemente da hegemonia das classes dominantes, que buscam atualizar suas formas de a fim de atender as novas fases de acumulação. Desta forma o capitalismo provoca a fragmentação da classe trabalhadora, excluindo a identidade social que tinha no trabalho o ponto central do processo de subjetivação. Por fim, as transformações contemporâneas trazem implicações nas diversas esferas da vida em sociedade, seja implicações de ordem objetiva, afetando as condições materiais de existência humana, e subjetiva, afetando a consciência de classe do trabalhador, o que por sua vez vem incidir na política, na cultura, nos direitos e na organização social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Angela Santana do. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. **Argumentum**. Vitória, v. 10, n. 3, p. 244-256, set./dez. 2018.

AMARAL, Marisa Silva e CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Rev. Katálysis**, n. 12, v. 2, dez 2009.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política. v. 1, n. 3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. **Revista do**

Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, Alameda, n. 20, 2012.

MARX, Karl. **O capital [Livro III]: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista**. São Paulo. Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Contribuições à crítica da economia política** / Karl Marx: tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, Istiván. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.